

caderno
Ciência e Fé

Volume 1 • Número 1 • 2013

ISSN 2317-7926



INSTITUTO
CIÊNCIA E
FÉ PUCPR

**Diálogos
Contemporâneos**

O legado de Bento XVI para a Igreja e para o mundo

Francisco Catão



Crédito: Reuters



caderno

Ciência e Fé

Volume 1 • Número 1 • 2013

ISSN 2317-7926


CHAMPAGNAT
EDITORA • PUCPR



PUCPR
UNIVERSIDADE
CÁTEDRA MARISTA



INSTITUTO
CIÊNCIA E
FÉ PUCPR

**Diálogos
Contemporâneos**

© 2013, Francisco Catão
2013, Editora Universitária Champagnat

Os cadernos *Ciência e Fé*, na totalidade ou em parte, não podem ser reproduzidos por qualquer meio sem autorização expressa por escrito do Editor.

Diretoria de Pastoral e Identidade Institucional

Diretor-Geral: Rogério Renato Mateucci
Coordenador de Pastoral: Darly Fatuch

Instituto Ciência e Fé da PUCPR

Diretor: Fabiano Incerti

Editora Universitária Champagnat

Direção: Ana Maria de Barros
Editora-Chefe: Rosane de Mello Santo Nicola
Capa, projeto gráfico e diagramação:
Rjajra Rodríguez Rueda
Revisão de texto: Debora Carvalho Capella e
Rosane de Mello Santo Nicola
Impressão: Gráfica Everest

Conselho Científico

Adalgisa Aparecida de Oliveira Gonçalves
Daniel Omar Perez
Mario Antonio Sanchez
Waldemiro Gremski

Conselho Editorial

Alceu Souza
Eduardo Biacchi Gomes
Elisangela Ferretti Manfra
Elizabeth Carvalho Veiga
Lorete Maria da Silva Kotze
Lúcia Maziero
Mônica Panis Kaseker
Ruy Inacio Neiva de Carvalho
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira

ISSN: 2317-7926



Editora Universitária Champagnat
Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar
Câmpus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba (PR)
Tel.: (41) 3271-1701
editora.champagnat@pucpr.br
www.editorachampagnat.pucpr.br



Sumário

Introdução	7
O legado de Bento XVI para a Igreja e para o mundo	11
Eu vos dei o exemplo	14
O ministério petrino	16
Da Igreja à Palavra	20
Da Palavra à vida	28
Referências	39
Sobre o autor	40





Introdução

Este *Caderno* que agora temos em nossas mãos é o resultado de um importante projeto do Instituto Ciência e Fé, da PUCPR, denominado *Diálogos Contemporâneos*. Dialogar é condição necessária do respeito que dedicamos às pessoas, em favor de uma mesma humanidade. Ele é um *existencial* que aproxima as diferenças, constrói caminhos, vislumbra perspectivas. Sem dúvida, estamos num momento da história em que o diálogo se configura como uma ação vital e imprescindível e que, para acontecer, necessita de lugares reais de acolhida, de iniciativas concretas de encontro e de procedimentos qualificados de comunicação.

Dialogar com o contemporâneo é um desafio. Ao colocarmos esse tema em questão, devemos estar à altura daquilo que ele nos exige e, principalmente, dispostos a assumir as consequências de tal escolha. Diante desse “tempo do presente”, concordamos com Giorgio Agamben quando afirma que o contemporâneo é “perceber no escuro do presente essa luz que

procura nos alcançar e não pode fazê-lo. Por isso mesmo, os contemporâneos são raros. E, por isso, ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós” (AGAMBEN, 2009, p. 65).

Com uma clara inspiração no projeto *Átrio dos Gentios*, do Pontifício Conselho para a Cultura, o objetivo dos *Diálogos Contemporâneos* se efetiva na criação de pontes entre diferentes visões de mundo. Inserido no universo acadêmico, e a partir de uma conversa verdadeira sobre assuntos que tangem à existência humana e sua relação com o transcendente, espera-se traçar percursos comuns, nos quais a escuta qualificada e a interlocução transparente se transformem em fontes originárias para as buscas de sentido e para, quem sabe, como nos inspira o Cardeal Ravasi, um aventurar-se pelas altas veredas do mistério — que, para aqueles que acreditam, traduz-se na experiência de Deus, e para outras pessoas, num encontro com o *Desconhecido*.

Acreditamos que inaugurar os *Diálogos Contemporâneos* e a primeira edição destes *Cadernos* discutindo o legado de Bento XVI é um gesto profundamente significativo. Em especial, porque seu papado, com forte acento na intelectualidade, consolidou e abriu novas perspectivas em diversos campos e saberes: no diálogo entre a razão, a cultura e a fé; na crítica à secularização; na defesa da dignidade da fé, partindo do amor, da esperança e da autenticidade; no encontro com outras tradições religiosas e com aqueles que não creem. Nesse sentido,

o pensamento de Ratzinger dialoga com o contemporâneo, particularmente quando propõe que a razão e a vida estejam sempre abertas à hipótese de Deus.

Agradecemos imensamente ao professor e teólogo Francisco Catão, que aceitou dois convites do Instituto Ciência e Fé. O primeiro deles foi o de participar na PUCPR, no dia 23 de abril de 2013, da primeira edição dos *Diálogos Contemporâneos*, debatendo com o jornalista Marcelo Coelho, da *Folha de São Paulo*, o legado de Bento XVI. A vivacidade e a energia desse grande teólogo brasileiro rapidamente encantou e sensibilizou seu interlocutor e toda a plateia que lotava o auditório. O segundo convite aceito foi dispor suas ideias em algumas páginas, primeiramente disponibilizadas online, que agora publicamos, com a finalidade de proporcionar às pessoas uma competente apreciação teológica do tema em questão, como também a expressão de uma profunda experiência de fé.

Boa leitura!

Fabiano Incerti

Diretor do Instituto Ciência e Fé da PUCPR

Ir. Rogério Renato Mateucci

Diretor de Pastoral e Identidade Institucional da PUCPR





O legado de Bento XVI para a Igreja e para o mundo

Francisco Catão

Vamos começar pelo dia 11 de fevereiro. Manhã tranquila no Brasil. Toca o telefone. Tsunami em Roma: o Papa leu, em latim, sua renúncia, que vai concretizar-se no fim do mês.

A mídia assalta todos aqueles que podem dar alguma explicação. Como? Por quê? Quais as consequências para a Igreja e para o mundo? Colocou-se nesse momento o problema do legado de Bento XVI: que vai acontecer com ele? Terá sido o último Papa, de que falara Nietzsche? Quem vai sucedê-lo? Qual o futuro da Igreja?

Assistimos, a partir desse momento, a uma verdadeira explosão midiática. Renunciando, Bento XVI fez mais para a Igreja do que em toda a sua vida, comentou um publicitário. De seu ponto de vista, com razão. Numa cultura do espetáculo, em que o parecer prevalece sobre o ser, a renúncia do Papa é um acontecimento incomensurável. Único, pelas circunstâncias

em que se deu, numa história de dois mil anos; representou, além disso, a quebra tranquila e lúcida de um tabu. Investido do poder de Vigário de Cristo, a renúncia de um Papa se afigurava verdadeira traição.

Alguns, menos bem informados ou maledicentes, aventaram essa explicação, logo refutada pela quase unanimidade dos intérpretes. A autoridade, reconhecidíssima em todos os meios culturais, do teólogo alemão e de sua integridade de vida, como servidor da Igreja, obrigava a ir buscar mais fundo as razões de seu gesto.

Também não chegavam a convencer, embora as tenha indiretamente alegado, a natureza das dificuldades que enfrentava, tanto na esfera da sexualidade mal reprimida de alguns prelados e sacerdotes, como nas malversações financeiras de clérigos ou cristãos inescrupulosos.

Lido com perspicácia, seu texto apontava em que direção buscar seus verdadeiros motivos: sua concepção do ministério de sucessor de Pedro. Cabia-lhe sem dúvida, a responsabilidade pelo conjunto da Igreja.

“Simão, filho de João, tu me amas mais do que estes? Pedro respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Jesus lhe disse: Cuida de meus cordeiros.” O diálogo se prolongou três vezes, e a missão confiada a Pedro foi três vezes confirmada: “Apascenta minhas ovelhas e delas cuide.” Missão espiritual. Expressão do amor, que é mais forte do que a morte. Os grandes Papas a quiseram cumprir até a morte. Bento XVI tinha o exemplo de João Paulo II. Experimentara-o, presenciando todas as confusões provocadas por um Papa a quem faltavam forças para governar.

Jesus cumpriu sua missão morrendo na cruz por toda a humanidade. Será que o Vigário de Cristo devia trilhar o mesmo caminho? Talvez. Utilizando uma palavra extraordinária do grande Cardeal Newman (1801-1890), citada, aliás, no *Catecismo* (n. 1778), diria que para nós, o Vigário de Cristo, que, em última análise, decide o que é ou não bem, é a consciência de cada um de nós, na intimidade de nosso coração, para falar como a Bíblia. Os senhores de nossas próprias vidas somos nós, não o Papa. Como Jesus, o ser humano livre, na sua relação com Deus, responde pessoalmente por sua vida.

Na verdade, ressoava na consciência do professor Joseph Ratzinger o ardor com que, em 1963, defendeu, na comissão central do Concílio, de que se deveria reconhecer ao Papa, não o título de Vigário de Cristo, mas de Sucessor de Pedro. Pedro foi incumbido de manifestar seu amor a Jesus no serviço dos outros, presidindo o grupo dos apóstolos. Tinha que dispor das forças espirituais e físicas necessárias para exercer esse ministério. Seus sucessores precisam ter a coragem de renunciar ao exercício do poder petrino, quando tais forças lhes começarem a faltar.

Melhor do que dizê-lo em palavras, Bento XVI o pregou com o exemplo. Não perdeu a oportunidade de dar ao mundo e à Igreja essa preciosa lição. Não é o poder que nos define como homens, o que nos faz ser o que somos chamados a nos tornar. O poder é serviço. O que nos define como homens é o amor, o amor de Deus, que abraça todos os humanos, até as periferias existenciais, como se exprime hoje seu sucessor, numa misteriosa continuidade com o professor.

Eu vos dei o exemplo

A renúncia foi a mais eloquente lição do Papa Bento XVI: colocar o amor de Deus e do próximo acima do poder. A perene tentação dos grandes deste mundo, dos ricos e dos poderosos, é pensar que se realizam pelo exercício do poder. Assim orientam sua vida os magnatas como magnatas, os políticos como políticos, os líderes religiosos como líderes religiosos, esquecendo-se de que, ao entardecer dessa vida, seremos julgados pelo amor, como dizia o grande místico, João da Cruz.

Não podemos, por isso, dissociar o legado do pontificado de Bento XVI de sua pessoa. Apreciamos a qualidade intelectual e cristã de seu ensinamento. Acredito que, em poucos homens vivos, o saber e a oração, a ciência e a fé, estejam unidos a tal ponto, que é quase impossível distingui-los. Para analisar seu legado, é preciso partir de sua vida.

Não podemos percorrer toda a sua biografia. Nem é necessário. Fixamo-nos num ponto particular: um teólogo que se torna Papa.

Em 18 de abril de 2005, à proclamação solene do *Habemus Papam*, ecoou o nome de Joseph, Cardinal Ratzinger. O anúncio já era esperado, mas constituía assim mesmo uma novidade, em relação à História. É raríssimo que um teólogo de profissão aceda, como tal, à sé pontifícia. Nos últimos séculos, somente duas vezes aconteceu: com o dominicano, Antonio Ghislieri (Pio V, 1566), e com Prospero Lambertini (Bento XIV, 1740). Assim mesmo, pode-se duvidar de que tenham sido a teologia do primeiro ou a ciência canônica do segundo os principais fatores de sua escolha pelo conclave.

No caso do professor Joseph Ratzinger, foi, sem sombra de dúvida, sua carreira de teólogo que o levou ao pontificado.

Ratzinger foi escolhido porque é teólogo. Foi professor, desde a juventude, desde 1952, um ano depois de ordenado sacerdote. Percorreu, um por um, os degraus da carreira universitária oferecida aos clérigos alemães, tanto da Igreja Católica como da Confissão Luterana. Seus primeiros trabalhos e seu ensino, contrastando com os pendores historicistas e dogmáticos da maioria de seus pares, levaram-no a uma grande familiaridade com o pensamento medieval, aprofundando-se em Agostinho (†430) e na linha da teologia afetiva trilhada por são Boaventura de Bagnoregio (†1274) sobre cujo pensamento defendeu sua tese de doutorado.

São Boaventura acompanhou toda a evolução intelectual do professor, do bispo chamado à Comissão da Doutrina, em 1981, por causa de sua teologia, do Cardeal e finalmente do Papa Bento XVI. Não foi por acaso que sua primeira encíclica versa sobre o amor. Incontáveis as ocasiões em que citou o mestre medieval. Pode-se, entretanto, dizer que sua teologia, conservando todo rigor do aristotelismo que está na base do ensino de Tomás de Aquino (†1274), contemporâneo de são Boaventura, cresceu e se desenvolveu sempre no clima do Amor, em que nos é dada a percepção profunda do mistério de Deus.

Permaneceu quase 24 anos à frente da Congregação da Doutrina da Fé, num período de graves ajustamentos do pensamento cristão, na busca de novas expressões da fé, como se havia proposto o Vaticano II, por orientação de João XXIII (1958-1963), mantendo, no entanto, a mais estrita

fidelidade ao conteúdo da Tradição, garantia da continuidade da Igreja, por meio de todas as mudanças por que inevitavelmente passa, como realidade histórica.

Ratzinger foi sempre um homem de fé, a serviço da Verdade. Essa foi a forma que imprimiu a seu ministério, alimentando a identidade cristã e a fidelidade à Palavra, em meio às grandes turbulências da pós-modernidade. Talvez a grande confirmação dessa perspectiva, ao refletirmos hoje sobre sua vida, possa ser encontrada na homilia programática que pronunciou na missa de abertura do Conclave de 2005, que o elegeu Papa: fez profissão de sua fidelidade ao absoluto da Verdade, denunciando o relativismo como principal ameaça à doutrina da fé e à reflexão cristã em nossos dias. Foi eleito Papa, pode-se dizer, para assegurar, por via da teologia, a Verdade da fé. Ele mesmo compreendeu esse desafio e o aceitou.

O ministério petrino

A partir de sua eleição, Bento XVI associou à sua palavra de teólogo a autoridade espiritual de Papa, hoje mundialmente reconhecida. Associação difícil. Expressão delicada da tensão existente entre a ciência e a fé. O teólogo faz obra de razão, mas o faz no interior da fé. O Magistério ordinário do bispo de Roma, apoiado na infalibilidade da Igreja, tem consciência de que não pode errar, dentro de determinados limites, o que projeta sobre seu discurso uma aura única de autoridade suprema. O ensino de um Papa teólogo precisa

respeitar a Tradição e ser coerente com a razão, assim como o discurso de um teólogo Papa há de dialogar com o pensamento religioso de sua época, sem violar a fidelidade à Palavra viva, que alimenta a comunidade dos fiéis, a Igreja.

O pontificado de Bento XVI foi extraordinária manifestação histórica da sintonia entre a ciência e a fé. Os teólogos o foram descobrindo aos poucos e libertando-se dos preconceitos que muitos líderes latino-americanos alimentavam contra o pastor alemão. Os bispos, em comunhão com o bispo de Roma, seguiam-no com alguma dificuldade dada a novidade que representava. Os simples cristãos intuíram isso, muita vez com certa profundidade, embora não seja fácil avaliar-lhe o verdadeiro alcance.

Numa tentativa inicial, indicaria três diretivas do seu pontificado que nos parecem essenciais para caracterizar o ministério petrino:

- a centralidade da Palavra;
- o encontro com Jesus, Filho de Deus encarnado;
- a abertura ao diálogo com todos os humanos.

A centralidade da Palavra

Um dos mais importantes organismos da administração romana é o Sínodo dos Bispos, criado por Paulo VI no fim do Concílio Vaticano II, para institucionalizar a comunhão dos bispos com o Papa e entre si. Os bispos, em nome próprio, e representando os diversos episcopados, são periodicamente convocados pelo Papa, para discutir temas por

ele julgados prioritários. Bento XVI teve ocasião de convocar duas assembleias do Sínodo: em 2008, sobre “a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”, e a de 2012, sobre “a nova evangelização para a transmissão da fé cristã”.

Promulgando a primeira, em 2010, pela Exortação Apostólica *Verbum Domini*, deixou claro que a Palavra está no centro de toda a vida humana, por ser a expressão da Realidade Primeira, a quem chamamos Deus, e a quem todos devemos reconhecer. Veremos adiante a significação desse texto fundamental para compreender a natureza do legado de Bento XVI à Igreja.

A segunda, reunida no cinquentenário do Vaticano II, em sincronia com o Ano da Fé, constituiu verdadeira revisão de como a Igreja é chamada a desempenhar sua missão evangelizadora no mundo de hoje, tendo em vista a renovação na confissão da fé pessoal, de cada cristão, e da comunidade cristã como um todo. O Evangelho há de penetrar na vida das pessoas e da sociedade, não tanto pelo ensino de verdades, mas pelo testemunho do amor, em especial da misericórdia e do perdão, somente os quais nos permitem viver em paz.

O encontro de Jesus

Tudo isso se aprende, não tanto nos livros, mas na oração, no convívio interior com Deus, a partir de Jesus. Bento XVI, mesmo durante seu pontificado, dedicou um tempo apreciável de seu ministério a escrever uma obra de particular densidade sobre Jesus de Nazaré”. No primeiro volume, publicado em 2007, focalizou o ministério de Jesus à

luz dos Evangelhos, interpretados segundo os mais rigorosos critérios da exegese contemporânea.

No segundo volume, publicado em 2011, analisou, com singular profundidade, o gesto redentor de Jesus, através dos acontecimentos de Sua última semana de vida. Já o terceiro volume, publicado em 2012, versa sobre os evangelhos da infância e constitui verdadeira lição de exegese, que ressalta a unidade dos dois Testamentos.

A centralidade da Palavra se concretiza historicamente, para toda a humanidade, de todos os tempos e de todas as culturas, na centralidade do ato redentor de Jesus, que dá a Sua vida por amor, e Se oferece a todos nós como irmão e amigo, expressão suprema do Amor, que é Deus. Jesus nos ensina, pelo exemplo, o que é ser homem; e foi esse exemplo que Bento XVI quis seguir, renunciando ao poder.

A abertura ao diálogo com todos os humanos

A terceira diretiva, enfim, consequência da centralidade da Palavra, em continuidade com a Encarnação, é o fato de que os cristãos são chamados a dar testemunho de Deus, de Sua Palavra e no Seu Espírito, em todos os tempos e culturas. Durante anos, nas audiências de quarta-feira, Bento XVI abordou a tradição da Igreja nessa perspectiva, valorizando todos os que, através da história, de algum modo dedicaram sua vida à Verdade, mesmo que nem sempre tenham sido reconhecidos pela Igreja, como Tertuliano, Orígenes, Abelardo e Lutero.

Repetiu, ainda, 25 anos depois, o gesto de João Paulo II, em 1986, reunindo em Assis todos os homens de boa vontade,

em prece pela paz. Fez mais: institucionalizou o diálogo universal por meio da criação dos Conselhos Pontifícios para a Cultura e a Nova Evangelização. Convocando o Ano da Fé, quis, explicitamente, abrir a “porta da fé” a todos os povos, usando a mesma expressão do apóstolo Paulo, segundo o relato de Lucas, nos Atos dos Apóstolos (At. 14,27).

Agindo como teólogo, o bispo de Roma nunca se afastou do mundo acadêmico. Atuando como Papa, o professor Ratzinger exercia o que sempre julgou ser mais importante no seu ministério: abrir a todos os humanos o acesso a Deus por Jesus (cf. *Verbum Domini*, 2). Teólogo Papa e Papa teólogo, talvez seja a união dessas duas vocações o carisma de seu legado.

Da Igreja à Palavra

“Distinguir para unir”, dizia o filósofo Jacques Maritain. Onde encontrar a unidade entre o teólogo e o Papa? A resposta é simples, prenhe de fecundidade, para quem busca o legado de Bento XVI: a unidade entre a teologia, a ciência da verdade de Deus, e a Igreja, corpo do Verbo encarnado, está na Palavra, como o proclamou o apóstolo João, desde o prólogo de seu evangelho.

Percebemo-lo, com facilidade, quando consideramos o que é, de fato, a Teologia, pelo menos o que era para Boaventura e Tomás de Aquino, para o *Breviloquium* e para o *Compendium*, como o é para Ratzinger e o foi para a plêiade de seus companheiros que tornaram efetiva

a renovação conciliar, desejada por João XXIII, tais como Rahner, Balthazar, De Lubac, Congar e tantos outros.

O teólogo não inventa soluções nem descobre novas verdades; inspirando-se no contexto cultural em que vive, ou na filosofia em que é iniciado, trabalha em função da Verdade, que está por trás da experiência e da vida de todos os humanos, de todas as culturas, filosofias e religiões. Seu papel não é dizer coisas novas ou pregar mistérios inacessíveis, senão retrabalhar as coisas antigas, para que brilhem nos novos contextos em que vivemos e iluminem a marcha de todos os nossos contemporâneos. “*Nova et Vetera*”, como gostava de dizer o simpático Cardeal Charles Journet, confidente de Maritain.

Avalizador dos novos caminhos, o teólogo tem o dever e a alegria de testemunhar o alcance e a verdade que sustentam a busca interior de todos os humanos, que nasce na intimidade de nossos corações, em que está inscrito o desejo de Deus, que nos fez para si e em quem somente descansará a nossa inquietação.

Dessa forma, Teologia e Igreja são convergentes. Estão definitivamente unidas em seus objetivos, embora operem de forma complementar, sem que uma possa dispensar a colaboração da outra. A Teologia busca Deus pelo caminho da razão; a Igreja, pelo caminho da religião. Ambas buscam-nO, porém, por meio de Sua Palavra, que brilha no cosmos, na criação, veio até nós em Jesus e só é realmente recebida por nós, na liberdade do amor, quando ouvida no mais íntimo de nosso coração. Teologia e Igreja são, pois, obras da razão e do coração. Articulam-se como as duas asas de que fala a famosa

encíclica de João Paulo II, a *Fides et ratio* (1998) “pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade”.

A modernidade reivindicara a autonomia da razão contra a Igreja e acabou privando-se de Deus. A Igreja reagiu querendo impor sua verdade, parecendo esquecer, na prática, de que ela só pode ser acolhida na liberdade. O Vaticano II teve por objetivo reposicionar a Igreja em face do mundo. Deu origem a um longo e atribulado processo de aproximação, que culminou na missão do teólogo Papa, que viveu e pôde testemunhar a convergência inscrita profundamente na natureza das coisas, entre a prática teológica e o ministério petrino, entre a Teologia e a Igreja, entre o saber e a fé.

A “recepção” do Vaticano II

Caberia aqui uma análise desse processo, vivido pelo conjunto da Igreja, nesses últimos 50 anos, depois do Concílio. Denominamo-lo, tecnicamente, “recepção” do Concílio, pois constitui um dos elementos mais importantes de sua interpretação, dado que Deus, que conduz a história, sabe como tirar os melhores frutos de todos os acontecimentos, em si mesmos, cheios de potencialidades.

O grande promotor do Vaticano II foi João XXIII. Três meses após sua eleição, em 28 de outubro de 1958, celebrando a conversão de São Paulo na Basílica de San Paolo fuori le mura, com grande surpresa, inclusive da maioria dos cardeais, anunciou sua intenção de realizar um concílio ecumênico.

Depois de um período nada tranquilo de preparação, João XXIII inaugurou o Concílio, em 11 de outubro de 1962.

Surpresa redobrada, os 70 documentos preparados pela Cúria Romana começaram a ser rejeitados. O episcopado mundial, sustentado pelos grandes teólogos europeus, exigia outra coisa. Prorrogou-se o Concílio para um novo período outonal, pré-convocado para outubro de 1963. Entrementes, morre João XXIII, no dia 3 de junho.

A grande questão que animou o conclave era saber se o concílio deveria ou não ser retomado. Os cardeais elegeram o Cardeal Montini, arcebispo de Milão, claramente favorável à retomada. Mas o grande desafio do Papa era convencer o conjunto do episcopado, a começar pela Cúria, de que era indispensável continuar o Concílio. Paulo VI apelou, então, para o amor à Igreja e fez da renovação da Igreja o mote da retomada, convocando o episcopado para um segundo período, a ser aberto em 29 de setembro de 1963.

Daí por diante, o Concílio apresenta-se como um concílio de reformulação dos organismos da Igreja. Supõe, por certo, uma nova visão da Igreja, mas corre o risco de se limitar a aspectos mais cosméticos e perder a radicalidade a que visava João XXIII. Ficou suspensa a questão de saber até onde ir. Coube à recepção responder a isso.

Num primeiro momento, a renovação pareceu se situar na relação da Igreja com o mundo: mudar sua aliança com os poderosos e ir aos pobres e oprimidos. Na América Latina, onde essa situação era clamorosa, o episcopado a oficializou em Medellín (1968). Chegou-se ao ponto de elaborar uma teologia em ruptura com a eclesiologia corrente e, por isso mesmo, dificilmente palatável. A reação romana não se fez esperar. A renovação não pode consistir em simplesmente

mudar a Igreja, mas em operar progressivamente uma mudança na Igreja a partir de sua fonte, que não é outra senão a Palavra de Deus, o Evangelho, Jesus Cristo.

Percebeu-se que o próprio Vaticano II propunha essa interpretação, quando entendia a revelação, por exemplo, não mais como transmissão de verdades reveladas, mas como comunicação da vida de Deus à comunidade dos que O recebem no fundo do seu coração. Era o ensinamento da Constituição *Dei Verbum* (n. 2-5). Renovar a Igreja é voltar às suas fontes espirituais; é pensar não tanto no seu modo de ser histórico, mas na comunicação da vida divina, na santidade que brota da Palavra acolhida no Espírito.

Roma tomou, então, a iniciativa de formular, seguindo essa orientação, a doutrina da fé, editando o *Catecismo da Igreja Católica* em 1992, para cumprir a determinação do sínodo extraordinário de 1985. A teologia da Palavra passava, assim, a ser determinante da própria teologia da Igreja. Era a forma de preservar a continuidade, pois, de fato, na história, a Igreja muda sem deixar de ser ela mesma, pela continuidade do dom recebido de Deus. O Cardeal Ratzinger presidiu a essa mudança, como prefeito da Congregação da Doutrina e responsável pela redação do novo catecismo.

Apenas eleito Papa, Bento XVI estabeleceu, no seu famoso discurso de 22 de dezembro de 2005, a forma correta de interpretação do Vaticano II, ao qual denominou a “hermenêutica da reforma”, com base na continuidade dos conteúdos da fé, rejeitando a hermenêutica que chamou de “ruptura com o passado”. Com esse objetivo, começou a trabalhar em todas as frentes, para mostrar que a Igreja tem

como fonte de vida e de constante renovação espiritual e teológica, a Palavra de Deus, tendo apontado esse dado fundamental como tema para a primeira assembleia ordinária do sínodo, que convocou para outubro de 2008.

A "Verbum Domini"

A Exortação Apostólica *Verbum Domini*, que promulgou a assembleia sinodal de 2008, só foi publicada em 30 de setembro de 2010, mas constitui o documento mais apropriado para se avaliar o legado do pontificado de Bento XVI. É preciso analisar, sobretudo, a primeira parte.

Na introdução (1-5), reconhece situar-se em continuidade com a Constituição conciliar sobre a Revelação Divina, a *Dei Verbum*.

É de conhecimento geral o grande impulso dado pela Constituição dogmática *Dei Verbum* à redescoberta da Palavra de Deus na vida da Igreja, à reflexão teológica sobre a Revelação divina e ao estudo da Sagrada Escritura. [...] A Igreja, ciente da continuidade do seu próprio caminho sob a guia do Espírito Santo, com a celebração deste Sínodo sentiu-se chamada a aprofundar ainda mais o tema da Palavra divina, seja para verificar a realização das indicações conciliares seja para enfrentar os novos desafios que o tempo presente coloca a quem acredita em Cristo (*Verbum Domini* [VD], 3).

Em continuidade com a melhor Tradição evangélica, afirma que o objetivo da Igreja, longe de ser seu próprio

fortalecimento, é a missão de levar a salvação de Deus a todos os humanos, de todas as épocas e culturas:

Num mundo que frequentemente sente Deus como supérfluo ou alheio, confessamos como Pedro que só Ele tem «palavras de vida eterna» (Jo 6,68). Não existe prioridade maior do que esta: reabrir ao homem de hoje o acesso a Deus, que fala e nos comunica o seu amor para que tenhamos vida em abundância (cf. Jo 10,10) (VD, 2).

Depois de algumas orientações importantes a respeito da renovação da doutrina sobre a Igreja, conclui a introdução, apontando por guia para a renovação da vida e da missão da Igreja, a teologia da Palavra contida no prólogo do Evangelho de João (cf. VD, 5).

A primeira parte é dividida em dois grandes parágrafos: *Deus que fala* (VD, 6-22) e *A resposta do homem a Deus que fala* (VD, 23-28).

Deus é Alguém que entra em diálogo conosco, comunica-se falando. Sua Palavra não pode ser outra coisa senão a comunicação de Si mesmo, de Sua vida (VD, 6). Vocabulário analógico, como tudo que dizemos de Deus, em que a expressão “Palavra de Deus” abrange harmoniosa e ordenadamente, a partir da Palavra de Deus, que é o Filho, Jesus, todas as expressões de Deus, numa sinfonia sublime, desde o mundo criado até suas intervenções na história, registradas na Sagrada Escritura (VD, 7). Esse n. 7 da *Verbum Domini* é a base para a rejeição de todo fundamentalismo: a Escritura, como todo o universo da

simbologia cristã, não é a Palavra de Deus, que é Deus, mas uma expressão de Sua Palavra, dependente, na sua forma e figura, das circunstâncias históricas em que repercute.

Em prosseguimento, desenvolve-se brevemente cada uma dessas expressões da Palavra de Deus: sua dimensão cósmica, a partir da criação (VD, 8-9), que nos faz reconhecer a consistência própria ou o realismo da Palavra, fundamento da presença sacramental da Palavra na vida da Igreja (VD, 10). Realismo que chega ao seu auge na Encarnação: Esse homem, Jesus, é a Palavra de Deus, como o reconhece toda a Tradição patrística e medieval (VD, 11-13). Dessa forma, há algo de definitivo na criação e na história (VD, 14), sustentado pelo Espírito (VD, 15-16), que é a Tradição (VD, 17-18) manifestada finalmente na Escritura (VD, 19) e perpetuada no mistério, o silêncio do Pai, que está na origem de toda Palavra, mas habita uma luz inacessível (VD, 20-21)

Palavra e Silêncio a que somos chamados a dar uma resposta em nossa vida, de fé e de luz, acolhendo a Palavra no silêncio da fé e iluminando nossa vida e a vida do mundo pela luz de Deus, de que Sua Palavra, no Espírito é portadora, num clima de comunhão e de diálogo, de aliança e de atenção recíproca, tal como foi intensamente vivido pela Virgem Maria (VD, 22-28).

A força renovadora da Igreja e do mundo

“O legado de Bento XVI para a Igreja e para o mundo”, tema de nosso diálogo, tem como base sua teologia conciliar da Palavra, desenvolvida ao longo desses anos turbulentos

de recepção do Vaticano II; devemos entendê-lo a partir do Concílio, pois implica uma hermenêutica não servil ao que diz o Concílio sobre a Igreja. É uma teologia fundada na visão conciliar da Igreja, como sacramento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, cuja essência é a fidelidade evangélica à Palavra, que nos sustenta no amor do próximo, especialmente dos mais necessitados. Essa compreensão do seu legado nos foi hoje confirmada de maneira surpreendente e extraordinária, pela eleição de seu sucessor, o Papa Francisco, para o qual sua renúncia abriu espaço. Mas esta seria outra palestra...

Concluo, portanto, formulando a tese de que o legado de Bento XVI, para a Igreja e para o mundo, parece-nos ser o de haver atualizado, com a autoridade do bispo de Roma, os ensinamentos do Vaticano II, os quais entendem que a renovação da Igreja brota de nossa fidelidade ao seguimento de Jesus.

Da Palavra à vida

A questão que se coloca para todos nós, e a que dificilmente nos podemos furtar, é da significação que possa ter para o mundo o legado de Bento XVI, assim entendido. Superficialmente, no âmbito da mídia, a preocupação maior parece ser com os desvios sexuais e as malversações financeiras da alta cúpula da Igreja. Nela parecem detectar alguma fraqueza, senão mesmo, cumplicidade do pontífice emérito.

Sua orientação política também, em particular no Brasil, é, com frequência, posta em questão, pelo papel que teve, desde há quase 40 anos em relação à denominada teologia da libertação. Sua resistência em ceder aos movimentos favoráveis à revisão de uma série de políticas ligadas à superação das restrições legais ao aborto, à liberação feminina e aos direitos reivindicados pelos grupos LGBT parece um obstáculo à modernização da Igreja e estaria na raiz do esvaziamento dos templos católicos. Numa palavra, a Igreja de Bento XVI colocou-se como obstáculo à passagem da Palavra à vida. Quem sabe seu sucessor não nos esteja começando a trazer uma nova oportunidade de entendimento entre o Evangelho e a vida concreta das pessoas do nosso tempo.

Não se trata aqui de defender a linha adotada por Bento XVI nessas questões, nem mesmo de tentar explicar suas enormes omissões, segundo um bom número inclusive de católicos e até de clérigos, mais ou menos graduados, “abertos”, como se diz. Mas não podemos deixar de chamar atenção para as virtualidades contidas nas suas posições de base, que constituem um importante legado para que a Igreja encontre, inclusive nessas áreas, o caminho de um diálogo frutífero com o mundo contemporâneo.

Resumimos esse legado e dois grandes tópicos, que não pretendemos desenvolver agora, mas parece-nos indispensável pelo menos mencioná-los: Bento XVI nos legou um ensinamento que contém todos os elementos teóricos para um ajustamento da comunidade católica ao mundo contemporâneo, elementos que resumimos numa antropologia

existencial e num diálogo aberto a todos os humanos, de todas as tradições, religiosas ou não, e de todas as culturas.

Uma antropologia existencial

Jesus não apelou para a Lei, nem a ela se opôs. Veio, contudo, cumpri-la, levando-a à perfeição das bem-aventuranças. Também não exaltou a virtude, a grandeza humana ou a sabedoria; pelo contrário, pregou nossa condição de pecadores e manifestou a misericórdia sem limites do Pai, levando ao extremo a sabedoria do amor sem medida, que Paulo classificou como a sabedoria da Cruz.

Essa antropologia evangélica merece o qualificativo de existencial, porque o ser humano não é medido por um referencial exterior a que tem de se submeter, a lei, nem por um objetivo que deve atingir como ideal humano ou virtuoso. Realiza-se não na linha do que é por essência, mas do que é chamado a ser, na relação pessoal com Deus e com o próximo.

A antropologia de Bento XVI, diretamente inspirada pela Palavra encarnada, Jesus, fundamentalmente evangélica, é existencial em dois sentidos. Num primeiro, enquanto se constrói no âmbito especificamente humano das relações interpessoais, com Deus e com o próximo. Suas encíclicas trataram do amor, da esperança e da prática da verdade nas relações sociais entre os humanos.

No fim de 2012, correu a notícia de que preparava uma quarta encíclica sobre a fé, que não chegou a publicar, limitando-se às catequese sobre a fé iniciadas na abertura do Ano da Fé, que o Papa Francisco já falou em continuar. A condição

existencial humana, fundada na natureza e aperfeiçoada no chamado à comunhão com Deus, na graça, é o fundamento da antropologia e da moral, segundo o legado de Bento XVI.

Mas há um segundo aspecto, menos percebido, mas tão importante quanto, que ressalta de um texto pouco conhecido, elaborado pela Pontifícia Comissão Bíblica, presidida pelo prefeito da Congregação para a Fé, o Cardeal Ratzinger. Esse texto, sob o título de *Bíblia e moral: raízes bíblicas do agir cristão*, distingue o que chama de moral revelada de toda moral da obrigação e da virtude, e sublinha a originalidade existencial do agir humano segundo a Bíblia, caracterizando-a por seis critérios fundamentais, expressão da conformidade existencial da visão bíblica do ser humano com o exemplo de Jesus. Não recorre, portanto, nem a uma ética fundada na lei natural ou revelada, nem num ideal antropológico, caracterizado por virtudes ou valores, mas mostra, em referência ao agir de Jesus, “por convergência, contraposição, progressão, dimensão comunitária, finalidade e discernimento”, que o agir de Jesus é o princípio próprio do agir cristão e exprime tudo que Deus espera do ser humano na sua existência terrestre (cf. PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 2009).

Comandada pela vida teologal, participação na relação de Jesus com o Pai, no momento em que somos filhos no Filho, a moral cristã não necessita ser formulada nem em termos de lei – de que o Espírito nos liberta, como o viu claramente Paulo – nem em termos de virtudes morais, como a formularam os autores cristãos influenciados pela filosofia grega. Tais recursos, legais ou antropológicos, sem dúvida, têm seu valor, principalmente pedagógico, mas não

prevalecem sobre a liberdade do Espírito, que inspira o agir cristão, como sempre inspirou o de Jesus.

O Catecismo da Igreja Católica, ao intitular a análise do agir moral “a vida no Espírito”, antecipa as conclusões de *Bíblia e Moral* e revela claramente como devem ser entendidas as posições da Igreja na esfera da moralidade, ou seja, como orientações pedagógicas que refletem a efetiva participação na vida de relação com Deus e com o próximo, presidida pelo Espírito de Jesus.

Seremos julgados pela qualidade de nosso relacionamento humano, uns com os outros, porque nesse relacionamento vivemos nosso relacionamento com Cristo e, por Cristo, com Deus. É o que nos diz o discurso escatológico de Mateus. As primeiras atitudes do Papa Francisco estão em continuidade com esse legado evangélico a que Bento XVI se mostrou sempre fiel, conferindo-lhe a possibilidade de compreender a relatividade dos comportamentos humanos, sem cair no relativismo, mas reconhecendo o caráter provisório e pedagógico de toda lei e de todo ideal humano.

Um diálogo aberto a todos os homens e a todas as mulheres

O Vaticano II, ao considerar a comunicação da Palavra como fonte da vida e da missão da comunidade chamada a exprimir, na história, a comunhão com Deus, apoiava-se no princípio evangélico e neotestamentário de que Jesus é a Palavra de Deus que vinha a nós para salvar todos os humanos. A afirmação clara e inequívoca de que o gesto salvador de Jesus, inscrito na história, visava a todos os humanos e realmente

afetava a vida de toda a humanidade, desde Adão até o último justo, constituía um grande desafio para a Igreja, marcada pelos limites de sua própria história, que a levava a afirmar não haver salvação senão pelo acolhimento efetivo de Jesus. Em contraste com o que habitualmente se dizia – fora da Igreja não há salvação –, o Vaticano II reconhecia que, segundo o Evangelho, a salvação é mais ampla do que a Igreja histórica, a ponto de se poder dizer que fora da salvação não há Igreja!

O diálogo com a cultura

Bento XVI, por seu exemplo e seus ensinamentos, viveu e testemunhou essa atitude de diálogo, sendo autêntico e fiel à tradição da Igreja que presidia, sem jamais quebrar a linha de continuidade em que se inscrevia como bispo da igreja primacial de Roma. Ao mesmo tempo, acima de tudo, testemunhou o amor à verdade, no diálogo com a ciência e as outras tradições culturais e religiosas.

Seria preciso, por exemplo, analisar os discursos que teve ocasião de fazer, nos mais variados centros de cultura como em Roma, na Universidade La Sapienza, na Alemanha, em Regensburg e em Erfurt, em Paris, nos Bernardins, para aquilatar a precisão com que, distinguindo o procedimento do saber racional, do caminho da fé, unia ambos na busca da verdade, da bondade e da beleza, que satisfazem o desejo e as aspirações mais profundas do coração humano. A título de exemplo, lembramos a conclusão do discurso que teria pronunciado na universidade pública de sua cidade episcopal, a Universidade de Roma “La Sapienza”, em 17 de janeiro de 2008:

O que é que o Papa tem a fazer ou a dizer na universidade? Seguramente, não deve procurar impor de modo autoritário aos outros a fé, a qual pode ser dada somente em liberdade. Para além do seu ministério de Pastor na Igreja e com base na natureza intrínseca deste ministério pastoral, é sua missão manter desperta a sensibilidade pela verdade; convidar sempre de novo a razão a pôr-se à procura da verdade, do bem, de Deus e, neste caminho, estimulá-la a entrever as luzes úteis que foram surgindo ao longo da história da fé cristã e, assim, sentir Jesus Cristo como a Luz que ilumina a história e ajuda a encontrar o caminho rumo ao futuro (BENTO XVI, 2008).

O diálogo entre os cristãos

Mais delicado ainda é o diálogo entre os cristãos, feito em vista de se alcançar a unidade pela qual orou Jesus na última ceia e cujas divisões constituem um dos mais graves obstáculos à difusão do Evangelho. A Igreja Católica retardou demasiadamente sua adesão ao ecumenismo. Vaticano II teve a oportunidade e a coragem de colocá-lo na agenda da Igreja, que passou a reconhecer-lhe grande prioridade.

Ciosa, porém, de sua catolicidade, a Igreja de Roma não via como aderir ao Conselho Mundial de Igrejas, querendo, assim mesmo, praticar o seu ecumenismo multilateral. Contradição que a marginalizava no movimento ecumênico. O Pontifício Conselho para a unidade dos cristãos percebeu então a necessidade de mudar de estratégia. Em lugar de tentar promover a seu modo, diverso do Conselho

Mundial de Igrejas, o ecumenismo multilateral, resolveu dar prioridade às tratativas bilaterais entre as diversas igrejas e a tradição católica, na esperança de poder superar as questões que deram origem às diversas divisões.

O bilateralismo se impunha na relação com as igrejas orientais, dado o fato de que o cisma de 1054 não afetava a visão que gregos e latinos tinham da natureza espiritual da Igreja. Por que não estendê-lo, com as devidas restrições, às igrejas da Reforma, que foram levadas à ruptura com a Igreja romana por razões nem sempre originariamente de fé? O Cardeal Ratzinger, prefeito da Congregação da Doutrina, longe de se opor ao diálogo bilateral assim entendido, tornou-se seu grande promotor. Não só o apoiou, como contribuiu pessoalmente para o seu sucesso no caso das Igrejas Luteranas, representadas pela Federação Luterana Mundial. Nessa perspectiva, assinou a hoje famosa *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*, no Dia da Reforma, 31 de dezembro de 1999, no 482º aniversário da fixação das teses de Lutero, na catedral de Wittenberg. A *Declaração Conjunta* constitui verdadeiro padrão de diálogo ecumênico, que até hoje tem servido de instrumento para a remoção dos mais graves obstáculos teológicos que se opõem à unidade dos cristãos.

Vale a pena tentar entender o fundamento teológico desse padrão de diálogo adotado pela *Declaração Conjunta*. Seu ponto de partida é a distinção pregada por João XXIII, no discurso de abertura do Vaticano II entre a “substância” da fé e suas expressões. Desenvolve-se em três tempos. Primeiro, procura-se encontrar uma expressão da fé o mais próxima possível da expressão bíblica da Palavra, com

a qual concordem luteranos e católicos. Depois, em dois tempos sucessivos, cada uma das tradições expõe a forma que lhe é mais familiar e corrente, de modo a exprimir a mesma substância da fé. Fica assim patente que luteranos e católicos não divergem senão quanto à expressão da fé, e que é, portanto, possível aceitarem-se como irmãos na fé e acolherem, na unidade, a Palavra de Deus que os une.

Para chegar a esse resultado, contudo, era preciso um ajuste mais do que puramente literário. Requeria-se, além da distinção entre substância e expressão, a percepção de que a fé, antes de constituir uma verdade, fruto do acolhimento da Palavra, é adesão pessoal a Deus, no contexto de uma inter-relação pessoal no Espírito, com Deus e com Jesus. Foi essa nova visão da fé, fundada na Constituição *Dei Verbum*, do Vaticano II, assim interpretada pelo *Catecismo da Igreja Católica* (n. 150), que possibilitou a aproximação das tradições católica e luterana, permitindo a assinatura da *Declaração Conjunta*.

A prioridade do ato de crer

Tocamos aqui, talvez, a raiz profunda da abertura da Igreja ao diálogo universal. A verdade de fé, transcendendo todas as expressões e os conceitos em que os humanos a possamos exprimir, como o compreende a tradição apofática e mística, só pode dividir, quando se dá demasiada importância às suas expressões. Cada tradição cultural ou religiosa terá sempre, por razões históricas ou pedagógicas, uma individualidade que precisa ser respeitada e até

mesmo cultivada, por respeito às pessoas que assim exprimem sua forma de ver a vida e o mundo.

Mas, essa sua visão é sustentada por uma busca pessoal da verdade, da bondade e da beleza, e nós somos convidados a nos entender e a colaborar uns com os outros, na diversidade de nossas opções, fiéis a essa busca, inscrita no mais íntimo de nós mesmos. Quando encontramos Jesus, essa busca se denomina fé, o ato subjetivo de crer, que se deve tornar a fonte inspiradora de toda a nossa existência.

No mundo pluralista em que vivemos, somos chamados a reconhecer em nossa fidelidade a Deus, a prioridade do ato de crer sobre as verdades da fé, embora sejam essas verdades, ensinadas na Escritura, que reforçam e conferem todo seu alcance ao ato de crer.

Ora, este é precisamente o ensinamento de Bento XVI para o Ano da Fé, como se depreende da *Carta Apostólica Porta Fidei*. A prioridade do ato de crer é também a base da Nova Evangelização que nos foi proposta pela XIII Assembleia Geral do Sínodo, em outubro do ano passado. Ao renunciar, em pleno Ano da Fé, Bento XVI legou-nos um caminho para dialogar com todas as culturas e tradições religiosas.

O Ano da Fé, que promulgou, diferentemente do promovido por Paulo VI, logo após o Concílio, não se propõe concluir com uma profissão de fé, a exemplo do *Credo do Povo de Deus*, mas a levar a Igreja a se renovar, tornando-se uma comunidade que vive da Palavra e do Espírito, da união com Deus, da unidade e da paz com todos os humanos.

O Ano da Fé que nos legou Bento XVI convoca a Igreja e, portanto nós todos, a reconhecer, celebrar e efetivamente

agir, na convicção de que somos chamados a viver na fé e da fé em Deus, animados pela Palavra de Deus e pelo Espírito de Jesus. As expressões, sempre limitadas e relativas, das verdades que nos são propostas na Bíblia ou pela tradição, são apenas suportes para a fé, em Deus, inspiração e sustento para a nossa vida.

O Papa Francisco segue essa lição. Agindo como sucessor de Pedro, tem demonstrado que sua missão é ser transparente ao Evangelho, reconhecendo que as verdades ou exigências religiosas, todas elas, são mescladas de um peso cultural, às vezes, difícil de ser carregado pelas gerações que nos sucedem. A fé em Deus é a libertação de todos os homens e todas as mulheres, a começar por aqueles que lhe ouvem a Palavra e acolhem livremente o Espírito no mais íntimo de seu coração.



Referências

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

BENTO XVI. *Jesus de Nazaré*. Lisboa: Planeta, 2007.

BENTO XVI. *Discurso do Santo Padre Bento XVI para o encontro na Universidade de Roma “La Sapienza”*. Roma, 2008. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/january/documents/hf_ben-xvi_spe_20080117_la-sapienza_po.html>. Acesso em: 31 maio 2013.

BENTO XVI. *Exortação Apostólica Verbum Domini*. São Paulo: Paulinas, 2010.

BENTO XVI. *Carta Apostólica Porta Fidei*. São Paulo: Paulus, 2011.

BENTO XVI. *A infância de Jesus*. Lisboa: Planeta, 2012.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição dogmática Dei Verbum*.
Petrópolis: Vozes, 1969.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *Bíblia e moral: raízes bíblicas do agir cristão*. São Paulo: Paulinas, 2009.



Sobre o autor

Francisco Catão

Nasceu no Rio de Janeiro, em 1927. É Mestre em Teologia pelo Studium Generale da Ordem Dominicana de Satin-Maximin-La-Sainte-Baume, em Var, na França, e Doutor em Teologia pela Faculdade de Teologia Católica da Universidade de Estrasburgo, na França. Ensinou Teologia na Escola Dominicana de Teologia de São Paulo, na Faculdade de Teologia da Unisal, do Instituto Pio XI, e na Faculdade de Teologia de São Bento. Autor de várias dezenas de livros e artigos, é conferencista e animador de grupos de espiritualidade.



Impresso na Gráfica Everest

Rua Waldemar L. de Campos, 3.946

Xaxim – Curitiba (PR)

Tel: (41) 3276-0040

Fax: (41) 3275-7160

Curitiba - Paraná - Brasil

A presente edição foi composta pela Editora Universitária Champagnat e impressa pela Gráfica Everest, em sistema *offset*, papel pólen 90 g/m² (miolo) e papel supremo 250 g/m² (capa), em junho de 2013.



CHAMPAGNAT
EDITORA • PUCPR



PUCPR
GRUPO MARISTA



INSTITUTO
CIÊNCIA E
FÉ PUCPR

**Diálogos
Contemporâneos**